



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS
2022

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 21 de março de 2023. Á Diretoria.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	197	24
Imposto a recuperar	6	140	284
Total do circulante		337	308
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Total do não circulante		-	-
Total do ativo		337	308

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	7	108	108
Impostos e contribuições sociais	8	24	20
Partes relacionadas	9	560	-
Total do circulante		692	128
Não circulante			
Provisões para riscos fiscais e regulatório	10	40	-
Outras contas a pagar		771	-
Total do não circulante		811	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	39.726	39.726
Recursos destinados a futuro aumento de capital		10	-
Prejuízos acumulados		(40.902)	(39.546)
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		(1.166)	180
Total do passivo e patrimônio líquido		337	308

2. Demonstrações de Resultados

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Outras Receitas			1.836
Receita operacional líquida		-	1.836
Custo do serviço		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas gerais e administrativas	13	(818)	30.660
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(818)	30.660
Receitas financeiras	13	32	11
Despesas financeiras	13	(570)	1.755
Despesas financeiras líquidas		(538)	1.766
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.356)	32.426
(Prejuízo) Lucro do exercício		(1.356)	32.426
(prejuízo) Lucro por ação R\$	14	(0,03)	0,82

3. Demonstração de Resultado Abrangente

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
(Prejuízo) Lucro do exercício	14	(1.356)	32.426
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(1.356)	32.426

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros		(Prejuízos) Lucros acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	39.726	-	-	(71.972)		(32.246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.426		32.426
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.726	-	-	(39.546)	-	180
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	-	-	10	10
Prejuízo do exercício	11.2	-	-	(1.356)	-	(1.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.1	39.726	-	(40.902)	10	(1.166)

5. Demonstração dos Fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro do exercício		(1.356)	32.426
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		-	1.180
PIS & COFINS diferido		-	(1.836)
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	20.885
Impairment		-	(36.536)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (Aumento) de impostos a recuperar		144	(8)
Diminuição de outros ativos		-	14.471
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores		-	(800)
Aumento (diminuição) de Tributos e contribuições sociais		4	(31)
Aumento de partes relacionadas	9	560	-
Aumento (diminuição) provisões		811	(29.756)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		163	(5)
Atividades de financiamento			
Recursos destinados a futuro aumento de capital		10	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		10	-
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		173	(5)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	24	29
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	197	24
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		173	(5)

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado			
Receitas		-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(779)	28.710
Outros custos operacionais		(40)	150
		(819)	28.860
Valor adicionado bruto		(819)	28.860
Valor adicionado líquido produzido		(819)	28.860
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		32	11
Valor adicionado a distribuir		(787)	28.871
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2	(1.800)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		567	(1.755)
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(1.356)	32.426

Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda. ("LITE" ou "Companhia"), sociedade limitada, foi constituída em 15 de maio de 2013 como sociedade limitada e está estabelecida em Cataguases, estado de Minas Gerais. A Companhia tinha por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, porém através da Portaria nº 484, de 14 de dezembro de 2017, foi declarada a caducidade da concessão da Companhia, tendo por consequência a extinção da concessão.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 10 de maio de 2013 a Gemini Energy S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 01/2013, realizado na Bolsa de Valores do São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Tucuruí II - Colinas. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 1º de agosto de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2013.

No dia 1º de agosto de 2013, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 012/2013 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 272 km, com origem na subestação Tucuruí II, localizada no estado do Pará e término na subestação Itacaiúnas, também localizada no estado do Pará; pela linha de transmissão Itacaiúnas - Colinas, em 500kV, segundo circuito simples, com extensão aproximada de 291 km, com origem na subestação Itacaiúnas e término na subestação Colinas; respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 14 de dezembro de 2017 foi declarada a caducidade da concessão da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 10 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem os saldos a pagar a fornecedores.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia;

- d. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Informações por segmento

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa

5.1 Caixa e equivalente de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	197	27
Total de caixa e equivalentes de caixa	197	24

6 Impostos a recuperar

	2022	2021
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	126	279
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	14	5
Total - circulante	140	284

7 Fornecedores

	2022	2021
Serviços	108	108
Total - circulante	108	108

8 Impostos e contribuições sociais

	2022	2021
IRPJ/CSLL	20	20
Outros	4	-
Total	24	20

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (85,04% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

Controladas diretas da Gemini Energy S/A		
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A; e	LTTE	Transmissão de energia
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissora S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A que por meio das participações nas sociedades Rede Participações, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A;	EMG	Distribuição de energia
• Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
• Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A;	ENF	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
• Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
• Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTe	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A;	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

(1) Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), incorporou em 30 de novembro de 2022 a Companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2022
Gemini Energy S.A	4
Linhas de Xingu Transmissora de Energia	556
TOTAL	560

10 Provisões para riscos fiscais e regulatório

Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria fiscal e regulatória.

10.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Fiscais	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	-	-	-
Constituições de provisões /mudança de prognóstico	39	-	-
Atualização monetária	1	-	-
Saldo em 2022 e 2021	40	40	-

10.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Regulatórias	2022	2021
--	--------------	------	------

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

Saldo em 2021 e 2020	37	-	-
Constituições de provisões /mudança de prognóstico	-	-	-
Reversões de provisões	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-
Saldo em 2022 e 2021	<u>37</u>	<u>37</u>	-

11 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social é de R\$39.726 (R\$39.726 em 2021), representando R\$39.726 (39.726 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

12 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Despesas operacionais		Total	
	Gerais e Administrativas	2022	2021	
Serviços de terceiros	779	779	30.660	
Provisões para riscos	39	39	-	
	<u>818</u>	<u>818</u>	<u>30.660</u>	

13 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras:		
receitas financeiras	32	11
Total receitas financeiras		
Despesas Financeiras		
Atualização contingência		1.756
Despesas com IOF	(563)	-
Juros e multa	(7)	(1)
Total despesas financeiras	<u>(570)</u>	<u>1.755</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>(538)</u>	<u>1.766</u>

14 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

	2022	2021
Prejuízo (lucro) líquido do exercício:	(1.356)	32.426
Média ponderada das ações	39.736	39.726
Lucro líquido básico por ação - R\$¹	<u>(0,03)</u>	<u>0,8</u>

¹ A Companhia não possui instrumento diluidor.

15 Eventos Subsequentes

Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

---*---

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Administrador

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Administrador

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrador

Fernando César Maia
Diretor Administrador

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0